

## CONTRATO DE RATEIO Nº 001/2025

Contrato de Rateio que entre si celebram o Município de Apuiarés e o Consórcio de Manejo dos Resíduos Sólidos do Vale do Curu – CORES-VALE.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE APUIARÉS**, doravante denominado **CONSORCIADO CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ com o nº 07.438.468/0001-01, sediado na Avenida Gomes da Silva, 99 - Centro, CEP: 62.630-000, Apuiarés/CE - Ente Federativo pertencente ao Consórcio de Manejo de Resíduos Sólidos do Vale do Curu – CORES-VALE, por força da Lei Municipal nº 437, de 05 de julho de 2019, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, a Sra. Anaracy Pinto Pinho Rufino, portadora do RG nº 890100202485 SSP-Ce e CPF nº 260.225.323-53 e, de outro, o **CONSÓRCIO DE MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO VALE DO CURU - CORES-VALE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 37 568.608/0001-27, com sede a Avenida Tabelião Francisco Alves Nº 347, Centro, Pentecoste/CE, CEP: 62.640-000, doravante denominado **CONSÓRCIO CONTRATADO**, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. Vicente de Paulo Sousa e Silva, portador do RG nº 94846985-SSP/CE e CPF nº 356.477.873-04, em consonância com as disposições estatutárias, têm entre si, justo e acertado, o **CONTRATO DE RATEIO nº 001/2025**, cujas cláusulas são descritas a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente CONTRATO DE RATEIO é regido pelo disposto no artigo 8º, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e artigos 13 e seguintes, do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, pela Portaria STN/SOF nº 72/2012 e na Lei Municipal nº 437, de 05 de julho de 2019, ratificadora do protocolo de Intenções do Consórcio, no Estatuto do Consórcio de Manejo de Resíduos Sólidos do Vale do Curu - CORES-VALE, bem como nos demais normativos pertinentes à matéria.

### CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

Constitui objeto do presente CONTRATO DE RATEIO a cobertura das despesas decorrentes do Plano Anual de Atividades de 2025 (Anexo I), com vistas a estruturar a administração do Consórcio e viabilizar suas atribuições definidas no Contrato de Consórcio, bem como realizar as ações previstas para 2025 no Plano Regionalizado de Coletas Seletivas Múltiplas.

### CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES

As partes contratantes se comprometem a cumprir as seguintes obrigações:

I – Compete ao CONSÓRCIO:

- a) Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente CONTRATO;
- b) Adotar as recomendações emanadas pelo CONSORCIADO em cumprimento à legislação e normas aplicáveis às atividades a serem realizadas;



- c) Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral e/ou Extraordinárias, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados;
- d) Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste CONTRATO.

**II – Compete ao CONSORCIADO:**

- a) Consignar na Lei Orçamentária Anual – LOA e/ou por créditos adicionais dotação para o Consorcio Público de acordo com o Presente Contrato de Rateio nos Termos da Contabilidade aplicada ao setor Público;
- b) Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio mensal/anual correspondente ao CONSORCIADO, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo CONSÓRCIO;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente CONTRATO;

**CLÁUSULA QUARTA  
DOS RECURSOS**

O CONTRATANTE assegura ter recursos necessários à cobertura das despesas do presente CONTRATO DE RATEIO, de acordo com sua Lei Orçamentária Anual – LOA/2025, na seguinte classificação orçamentária: 07.18.541.0145.2.042.0000 - 33.71.70.00.

**Parágrafo único:** A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades legais previstas, configurará ato de improbidade administrativa inculpada no art. 10, inc. XV da Lei Federal nº 8.429/92 (Lei dos Atos de Improbidade Administrativa).

**CLÁUSULA QUINTA  
DO VALOR DA COTA-PARTE DO CONTRATO DE RATEIO**

Conforme os termos da deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 11/03/2025, relativa à aprovação do Orçamento do Consórcio e à definição da cota-parte de cada município para 2025, o CONTRATANTE se compromete a repassar ao CONTRATADO sua Cota-Parte Anual no valor estimado de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para compor o Orçamento do Consórcio de 2025.

O pagamento do valor acima mencionado será realizado em **oito (08) parcelas mensais**, conforme o cronograma a seguir estabelecido:

- **1ª parcela** – 27 de maio de 2025 – R\$ 25.000,00
- **2ª parcela** – 24 de junho de 2025 – R\$ 25.000,00
- **3ª parcela** – 29 de julho de 2025 – R\$ 25.000,00
- **4ª parcela** – 26 de agosto de 2025 – R\$ 25.000,00
- **5ª parcela** – 30 de setembro de 2025 – R\$ 25.000,00
- **6ª parcela** – 28 de outubro de 2025 – R\$ 25.000,00
- **7ª parcela** – 25 de novembro de 2025 – R\$ 25.000,00
- **8ª parcela** – 30 de dezembro de 2025 – R\$ 25.000,00



**Parágrafo primeiro: Repasse para o Consórcio** - A Cota-Parte Anual do CONTRATANTE será provida com as receitas do ICMS, a serem realizadas em função de sua participação no Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente - IQM (ICMS/IQM).

**Parágrafo segundo: Valor mensal estimado da cota-parte** - Será repassado pelo CONTRATANTE para o CONTRATADO, em 08 (oito) parcelas mensais, o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com início em maio de 2025 e término em dezembro de 2025, por meio de depósito em conta bancária do Consórcio de Manejo de Resíduos Sólidos do Vale do Curu — CORES-VALE - Agência 1089, Operação 013, Conta Nº 113051-0 da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

**Parágrafo terceiro: Da autorização ao CONTRATADO para prover retenção no ICMS** - Por força deste Contrato de Rateio, na conformidade da autorização contida no Protocolo de Intenções ratificado pela Lei Municipal de nº 437, de 05 de julho de 2019, o CONTRATANTE autoriza a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ/CE) a promover a retenção do valor correspondente de cada parcela mensal, nos recursos do ICMS/IQM mensal do Município de **APUIARÉS**, e proceder a crédito em favor da conta bancária do Consórcio de Manejo dos Resíduos Sólidos do Vale do Curu - CORES-VALE, CONTRATADO, referida no parágrafo anterior.

**Parágrafo quarto: Do limite de crédito dos recursos do ICMS/IQM** - No caso de eventual impossibilidade operacional de retenção, nos termos do parágrafo anterior, o CONTRATANTE autoriza o crédito de até duas parcelas nos meses subsequentes até que as parcelas atrasadas sejam quitadas.

#### **CLÁUSULA SEXTA**

##### **DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO**

Integram este CONTRATO DE RATEIO o Anexo I (Plano Anual de Atividades do Consórcio para 2025), o Anexo II (Orçamento Anual do Consórcio para 2025) e o Anexo III – Ata da Assembleia Geral de 11/03/2025.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

##### **DAS ALTERAÇÕES E ADITIVOS**

Os repasses definidos e previstos na Cláusula quinta deste CONTRATO DE RATEIO, até seu cumprimento total, são irrevogáveis, e não serão alterados por decisão da Assembleia Geral convocada para este fim.

**Parágrafo único:** As eventuais alterações das Cláusulas mencionadas no caput serão analisadas pela Assembleia Geral e, se aprovadas, serão objeto de Termo Aditivo deste Contrato, sem o que deverão ser consideradas nulas.

#### **CLÁUSULA OITAVA**

##### **DA VIGÊNCIA**

A vigência deste CONTRATO DE RATEIO se inicia em 12 de março de 2025 até 31 de dezembro de 2025, se estendendo por todo o exercício financeiro de 2025, em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do Município de **APUIARÉS**.

#### **CLÁUSULA NONA**

##### **DO FORO**



Para dirimir eventuais dúvidas, controvérsias e omissões deste presente instrumento, as partes elegem o foro da Comarca da sede do Consórcio de Manejo de Resíduos Sólidos do Vale do Curu – CORES-VALE, Estado do Ceará, renunciando a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas, assinam o presente CONTRATO DE RATEIO, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para que surtam os devidos efeitos legais.



Anaracy Pinto Pinho Rufino  
Prefeita Municipal de Apuiarés/CE



Vicente de Paulo Sousa e Silva  
Presidente do CORES-VALE

Apuiarés/CE, 12 de março de 2025.

TESTEMUNHAS:



NOME:  
RG: 2009048065-6  
CPF: 749.409.533-00



NOME: Sagner Matheus Matos de Sousa  
RG: 99002121149  
CPF: 01418801328